



**PARTE A**

LICITAÇÃO N.º 017/CPL/2017

PROCESSO N.º 311/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO

ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0004 – SALÁRIO EDUCAÇÃO

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39

DOTAÇÃO: 265 / 319

ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.336.470,00 (Um milhão, trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta reais).

VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.

ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 14:00 HORAS

**REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 14:00 HORAS**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.**

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

**SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE.**

**VALIDADE DO CONTRATO: 10 (DEZ) meses a partir da data de assinatura do contrato.**

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

**ELIAS FERREIRA DA ROSA**  
Pregoeiro



## PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A Prefeitura Municipal de Paracambi, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, mediante o Pregoeiro **ELIAS FERREIRA DA ROSA** e equipe de apoio: **ALESSANDRA FARIA DOS SANTOS e RONALDO CARMO GALVÃO** designados pela Portaria nº 050 de 17 de Janeiro de 2017 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **017/CPL/2017**, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, julgamento **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, de conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520 de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 4.481/2017, Decreto Municipal nº 4.482/2017 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 1993 bem como as condições a seguir estabelecidas:

### 1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1 – Os envelopes contendo a proposta e documentação serão recebidos na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, na sala da CPL até o dia **19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 14:00 HORAS**. A sessão pública será realizada na sala de reuniões da CPL em **19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 14:00 HORAS**, horário de Brasília – DF.

1.2 - Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas no dia e hora marcados no item 1.1.

1.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independente de comunicação pelo Pregoeiro.

1.4 – **SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE.**

1.5 - O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, na sala da CPL, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103 ou e-mail: [licitacaopmpparacambi@gmail.com](mailto:licitacaopmpparacambi@gmail.com), mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

### 2- DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, conforme descritos e especificados no ANEXO 7 – Termo de Referência.

### 3– PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar do presente pregão presencial, a empresa que atender a todas as exigências, quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos nos seguintes termos:

3.1.1. Para os itens constantes do **Grupo 1 – Ampla Participação** os interessados que atendam aos requisitos deste edital.

3.1.2. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS** as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI nos termos da Lei Complementar nº 147/2014 e Sociedades Cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488/07.

3.1.2.1. Para os itens constantes do **Grupo 2 – Exclusivo para ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS** haverá uma fase de lances exclusivamente para as empresas enquadradas como



Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas, nos termos da Lei Complementar nº 147/2014.

3.1.2.2. Os interessados que atendam aos requisitos do edital, porém não se enquadrem como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas, também poderão apresentar propostas de preços para os itens constantes do Grupo 2 – Exclusivo para ME/EPP/MEI/Sociedades Cooperativas. Tal procedimento tem por objetivo viabilizar a aplicação do disposto no subitem 8.10 da seção 8 (Julgamento das Propostas), quando suas propostas poderão vir a ser consideradas para efeito de julgamento, face à impossibilidade de se adjudicar os itens a empresas enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais – MEI e Sociedades Cooperativas.

3.1.2.3 Na hipótese de não haver a adjudicação dos itens cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a nenhum licitante que concorra na qualidade de ME/EPP/MEI/Sociedades Cooperativas, o Pregoeiro procederá à abertura de nova sessão pública, em ato contínuo, iniciando a fase de lances entre os proponentes que tenham, nas condições do subitem 3.1.2.2, apresentado proposta de preços.

3.2 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

3.3 - Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação.

3.4 - Vedada a participação de pessoas jurídicas punidas com as sanções prescritas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

3.5 – Não será admitida a participação de mais de uma empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.6 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.7 – Não será permitida a participação de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada a integrantes do Poder Público Municipal de Paracambi, por laço de matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção.

3.8 – Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.8.1 - Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

3.9 – Não será permitida a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.

3.10 - Não será permitida a participação de sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.



#### 4 - CREDENCIAMENTO

4.1 - Para manifestar-se nas fases do procedimento licitatório, o representante único da empresa participante, deverá identificar-se com cédula de identidade e documentação apropriada, observando o que segue:

a) Quando o se tratar de titular, diretor ou sócio gerente da empresa, será exigida a apresentação de documento devidamente autenticado, comprobatório de sua capacidade para representá-la. Essa comprovação deverá ser feita mediante a apresentação dos Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata de Assembléia, indicando os atuais responsáveis pela Administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado.

b) Quando se tratar de representante designado pela empresa, será exigida procuração ou carta de credenciamento (Anexo 4), fora de qualquer envelope, dirigida o Pregoeiro, em original ou cópia autenticada com dados de identificação do representante, juntamente com Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e alterações posteriores, se houver, devidamente registrado no Registro Público competente, acompanhado da ata da Assembleia, indicando os atuais responsáveis pela administração, salvo se já constarem no Contrato Social apresentado devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do procedimento licitatório, inclusive para formular ofertas e lances de preços, bem como para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.1.1 - A não apresentação da documentação de credenciamento, impedirá a manifestação, em nome da licitante durante a abertura e o processamento da licitação, ressaltando-se que não acarreta o afastamento da licitação, mas tão somente impede a oferta de lances verbais e a apresentação de recursos em face das decisões do Pregoeiro.

4.1.2 – Estará impedido que um mesmo agente represente mais de um licitante na sessão pública de lances.

4.2 - Deverá ser apresentado pelo licitante juntamente com o credenciamento, e fora de qualquer envelope a Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (anexo 2), inclusive para as empresas que encaminharem a documentação e proposta por via postal.

4.2.1 – O Pregoeiro abrirá oportunidade para os licitantes que não apresentarem a declaração mencionada no item 4.2 de manifestarem verbalmente em atendimento às exigências editalícias, o que ficará registrado na ata da sessão.

4.3 – A Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5 declarando que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.4 – A Sociedade Cooperativa, além de apresentação da Declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, para fins de habilitação, deverá apresentar declaração conforme Anexo 5.1 declarando que observa o art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, que é beneficiária da Lei Complementar nº 123 de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal, sendo esta declaração não impeditiva da participação da licitante, apenas deixará de gozar do benefício.

4.5 – Os documentos necessários para o credenciamento poderão **ser autenticados até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes**, mediante apresentação do original para conferência, na CPL, situada na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 09:00 às 16:00 horas.



4.6 – Os documentos acima citados deverão ser apresentados fora dos envelopes de habilitação e proposta, e na hipótese de apresentação do Estatuto ou Contrato Social, isenta a presença dos mesmos no envelope de habilitação.

4.7 – O Pregoeiro poderá pedir, a qualquer tempo, a exibição do original dos documentos.

## **5 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

5.1 - No horário, data e local estabelecidos neste Edital as licitantes proponentes deverão apresentar sua proposta e documentação, em envelopes separados, fechados, colados ou lacrados, rubricados no fecho, contendo além da respectiva razão social e endereços, os seguintes dizeres:

Apresentação do envelope de proposta  
**ENVELOPE "A"- PROPOSTA DE PREÇOS**  
**LICITAÇÃO N.º 017/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

Apresentação do envelope de documentação:  
**ENVELOPE "B"- DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**LICITAÇÃO N.º 017/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL**  
**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

## **6 – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

6.1. A efetiva participação no pregão presencial dar-se-á por meio de entrega da proposta de preços, até o dia e horário previsto no item 1.1.

6.1.1 – Não será recebido nenhum outro envelope, nem será admitida a sua troca após a data e o horário previstos no item 1.1.

6.2 – A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope fechado, em 02 vias (original e cópia).

6.2.1 – É facultada ao licitante cotar todos, alguns ou somente um dos itens definidos no projeto básico ou termo de referência.

6.3 – A proposta de preços, deverá:

- a) conter indicação do preço unitário e total ofertado;
- b) conter a indicação da marca;
- c) conter preço final do objeto para cada item e o preço unitário ofertado na presente licitação;
- d) estar datilografada/digitada e assinada por seu representante legal, devendo ser aposto o nome do signatário e sua qualidade na empresa;

6.4 - A Proposta de Preços poderá ser apresentada em papel timbrado da licitante com todas especificações desde que esteja igual ao Formulário Oficial de Proposta, devidamente assinada, sob pena de desclassificação e sendo irrelevante qualquer acréscimo.

6.5 - O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.6 - Incumbirá ao licitante acompanhar a sessão pública do pregão presencial, ficando responsável por quaisquer prejuízos diante da inobservância de qualquer ato ocorrido no certame.



6.7 - As propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no ANEXO 6 deste Edital serão desconsideradas.

6.8 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) preço unitário em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) caso os valores da proposta apresentada contenham mais de duas casas decimais, será considerado apenas o valor constante nas duas primeiras casas, desconsiderando-se os demais.
- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, frete, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega das propostas;
- e) prazo de entrega será até 05 (cinco) dias, após autorização da ordem de fornecimento, e será definido de acordo com secretaria requisitante conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração.

6.9 – As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;

II – onde houver discrepância entre os preços parciais e os valores totais prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;

III – onde houver discrepância entre unitário e preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o preço unitário;

IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;

V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

6.10 – Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

I – não estejam devidamente assinadas;

II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos.

III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;

IV – apresente preço manifestamente inexecutável ou que, comprovadamente, não puder ser executado pelo preço proposto, o que deverá ser objeto de demonstração objetiva pela Administração Municipal.

V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;

VI – que apresentem preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, conforme previsto no § 3º do artigo 44 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

VII – não estejam de acordo com os itens 5.1, 6.3, 6.4.

6.10.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

6.11 – No caso do Pregoeiro considerar o preço unitário como inexecutável, concederá ao respectivo proponente o prazo de 02 (dois) dias úteis para que demonstre a viabilidade do preço proposto mediante documentação comprovando que os custos do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.





## 7 – ABERTURA DA SESSÃO, PROCEDIMENTOS DO PREGÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 – No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado ou seu representante legal proceder ao respectivo credenciamento, comprovando possuir os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

7.2 – Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a proposta comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, tampouco será permitida a sua troca;

7.3 – Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes ao certame;

7.4 – No caso excepcional de a sessão do pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob guarda do Pregoeiro, e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

7.5 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes legais entregarão o Pregoeiro, a declaração manifestando o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em envelopes separados, a proposta de preços e a documentação de habilitação;

7.6 – O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará a de menor preço e todas aquelas que tenham apresentado valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, àquela de menor preço global.

7.7 – Havendo empate entre duas ou mais propostas comerciais, após observada a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, será realizado sorteio para definição da ordem de fornecimento dos lances verbais.

7.8 - Quando não forem verificadas, pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 7.6, o Pregoeiro classificará as melhores propostas até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos;

7.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

7.10 – O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

7.11 – A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante para efeito de ordenação das propostas.

7.12 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada preferencialmente no mesmo dia, sendo facultada o Pregoeiro a prorrogação.

7.12.1 – O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo e de valor dos lances, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

7.12.2 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes qualificados manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.13 – Quando não houver oferta de lances, em caso de empate, o critério de desempate será em primeiro lugar, a preferência disposta no art. 3º, parágrafo 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, em segundo lugar, o de sorteio, realizado em sessão pública, para qual serão convidados todos os licitantes, na forma do previsto no §2º do artigo 45 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

7.14 – As microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, para utilizarem as prerrogativas



estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, que deverão apresentar, fora dos envelopes, declaração (ANEXO 5) de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei Complementar nº 123/2006.

## 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 - Para julgamento do presente Pregão, será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

8.1.1 – No caso de empate inicial, antes da fase de lances, entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º do art. 3º da Lei Federal nº 8.666 de 1993, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.2 – Os licitantes só poderão oferecer lances inferiores aos lances por eles ofertados anteriormente.

8.2.1 – Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor global, obedecido o critério de aceitabilidade de preço, constante no subitem 8.15 do edital.

8.3 – Será aceita a oferta de lance em valor superior ou no mesmo valor de lance anteriormente ofertado por outro licitante, sendo que, nesse último caso, prevalecerá, para fins de classificação, aquele oferecido em primeiro lugar.

8.4 – O Pregoeiro, ao término dos lances, procederá à licitante de segundo menor valor, a possibilidade redução do preço anterior ofertado, registrando o segundo menor preço mais vantajoso para Administração Pública, caso a licitante vencedora venha ser desclassificada.

8.5 - Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá apresentar contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.6 – Após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123 de 2006.

8.6.1 – Entende-se por empate aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada.

8.7 – Para efeito do disposto no subitem 8.6, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

8.7.1 – A microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, melhor classificada, será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será o objeto adjudicado em seu favor.

8.7.2 – Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/07, que se apresente na situação descrita no subitem 8.7.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1, na ordem de classificatória, para exercício do mesmo direito;

8.7.3 – No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedade cooperativa que observem o disposto no art. 34, da





Lei Federal nº 11.488/07, que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.6.1 deste edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

8.7.4 – Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, que se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 2006, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda o Edital.

8.8 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 8.6 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9 – A condição prevista no subitem 8.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou por microempreendedor individual.

8.10 – Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

8.11 – A desistência dos lances já ofertados sujeitará o licitante às penalidades previstas no item 18.1 do edital.

8.12 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, garantindo ao Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, bem como decidir sobre a sua aceitação.

8.13 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor do certame.

8.14 - Na hipótese da proposta ou do lance do vencedor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por lote e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

8.15 – O critério de aceitabilidade das propostas de preços pelo Município será o valor total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

8.16 - O licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito a desclassificação da proposta.

8.17 – Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever a assinatura do Contrato. Na hipótese de recusa em assinar o referido instrumento, poderá, a critério da Administração, ser aplicada a penalidade de suspensão temporária do direito de participar em licitação e de impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas em edital e das demais cominações legais, conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

## 9 - HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos do envelope “B” – documentos de habilitação – poderão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas e não a autenticar, na forma do art. 32 da Lei Federal nº 8.666 de 1993 e no art. 6º, §2 do Decreto Municipal nº 4.482/2017. No caso dos documentos a serem autenticados por servidor da CPL, os mesmos poderão ser entregues na sala da CPL para sua autenticação, **até o dia útil que anteceda a entrega dos envelopes.**

9.1.1 – Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidos neste Edital;

9.1.2–Nos casos em que a validade de qualquer das certidões apresentadas não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de **90 (noventa)** dias contados da data de emissão.



9.1.3 - Se o licitante for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for à filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.1.4 –Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.5–Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

9.1.6 - A documentação apresentada destina-se exclusivamente à habilitação da interessada na presente licitação, não implicando em qualquer processo de cadastramento para futuras licitações.

9.2. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

### **9.2.1 – Habilitação Jurídica**

9.2.1.1 Cédula de identidade e Certidão de matrícula no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual;

9.2.1.2 Atos Constitutivos, Estatuto ou Contrato Social, e alterações subsequentes, em vigor e atualizados, devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhada do documento de identificação dos responsáveis;

9.2.1.3 Documentos de eleição dos atuais administradores, em se tratando de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no item 9.2.1.2 deste subitem;

9.2.1.4 Atos Constitutivos devidamente registrados no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedades simples, acompanhando de prova da diretoria em exercício e documento de identificação;

9.2.1.5 Ato Constitutivo devidamente registrados no Cartório Competente, em se tratando de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, acompanhado do documento de identificação do responsável;

9.2.1.6 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

9.2.1.7 Caso o respectivo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social não conste a condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, a licitante deverá apresentar certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio (art. 3º da LC nº 123/2006 e arts. 1º e 8º da IN 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007) demonstrando a referida condição.

### **9.2.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista**

9.2.2.1 Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

9.2.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual/ e/ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo da atividade e compatível com o objeto licitado;

9.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Contribuições Sociais e Dívida Ativa da União (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em conjunto com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União. (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014).



- 9.2.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Negativa do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante através da apresentação de Certidão Negativa de Regularidade de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), (ou positiva com efeito de negativa) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda e Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente.
- 9.2.2.6 Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.
- 9.2.2.7 Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmo efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.
- 9.2.2.8 Para todos os licitantes que possuam inscrição, ainda que eventual, no cadastro imobiliário do Município de Paracambi, as licitantes deverão apresentar a certidão expedida pelo Município de Paracambi e, conjuntamente, a certidão expedida pelo Município de sua sede.
- 9.2.2.9 As licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.
- 9.2.2.10 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.2.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.2.2.12 Para as licitantes estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, as Certidões da Dívida Ativa Estadual e Dívida Ativa Municipal deverão ser as expedidas, respectivamente pela Procuradoria Geral do Estado e Procuradoria Geral do Município. Para as empresas não sediadas no Estado do Rio de Janeiro e no Município do Rio de Janeiro, o(s) documento(s) emitido(s) pelas Fazendas Municipal, Estadual ou do Distrito Federal, do domicílio ou sede da licitante deverá(ão) comprovar a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa ou demonstrar de outra forma documental tal situação fiscal, podendo, para tanto, estar(em) acompanhado(s) de legislação específica ou informação oficial do órgão fazendário.
- 9.2.2.13 O Pregoeiro, sempre quando necessário, efetuará consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, em observância à Instrução Normativa da SRF nº 200, de 13/09/2002, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos apresentados extraídos pela internet, junto aos sites dos órgãos emissores, para fins de habilitação.
- 9.2.2.14 As licitantes poderão apresentar “Certificado Cadastral” em substituição aos documentos de habilitação que já constem do cadastro municipal mantido pela CPL da Prefeitura Municipal de Paracambi, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, nos termos do inciso XIV, art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.



### 9.2.3 – Qualificação Econômico-Financeira

- 9.2.3.1 – Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhado da DHP - Declaração de Habilidade Profissional, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**ILG  $\geq$  1,0 obtido pela aplicação da seguinte fórmula:**

$$\text{ILG} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

**Sendo:**

**ILG:** índice de liquidez geral;

**AC** = ativo circulante;

**PC** = passivo circulante;

**RLP** = realizável a longo prazo,

**ELP** = exigível a longo prazo.

- 9.2.3.1.1 - O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis do último exercício social exigidos no item anterior deverão ser assinados por contabilista habilitado para tal e pelo responsável pela licitante.

- 9.2.3.1.2 - Na hipótese da licitante apresentar resultado menor que 1 (um) em qualquer um dos índices constante do item 9.2.31, a licitante poderá comprovar ter patrimônio líquido positivo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor efetivo da proposta vencedora.

- 9.2.3.1.3 Entenda-se por “apresentados na forma da Lei”.

- a) As demonstrações Contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado. Em se tratando de empresas sujeitas à tributação do imposto de renda com base no lucro real que se enquadra na Instrução Normativa RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007, deverá apresentar a Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital, por meio de Recibo de Entrega de Livro Digital;
- b) As empresas constituídas na forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- c) As Demonstrações Contábeis devem ser referente a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresa constituídas no exercício em curso;
- d) Até 30 de junho serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado. Após essa data, é obrigatória a apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;
- e) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

- 9.2.3.2 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa. Para as empresas sediadas na Cidade do Rio de Janeiro, a prova será feita mediante apresentação de certidões expedidas pelos 1º, 2º, 3º e 4º ofícios do Registro de Distribuição. As empresas sediadas em outras Comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar Certidão Negativa de Falências de todos os ofícios do Registro de Distribuição de



sua jurisdição e declaração passada pelo fórum local ou Juízo distribuidor, indicando quantos cartórios ou escritórios de registros competem àquelas distribuições.

9.2.3.3 As sociedades constituídas a menos de um ano poderão participar da licitação apresentando o balanço de abertura, assinado por contabilista habilitado e pelo representante da sociedade no lugar do documento.

#### **9.2.4 – Qualificação Técnica:**

9.2.4.1 - Atestado de capacidade técnica expedida por Órgão da Administração Pública ou Privada, comprovando que a licitante manteve ou mantém contrato para a prestação de serviços da mesma natureza desta licitação.

9.2.4.2 – Relação explícita dos veículos necessários à prestação de serviços que atendam aos requisitos do art. 135 do Código de Trânsito Brasileiro, devidamente acompanhada da declaração de sua disponibilidade para a prestação do serviço objeto do certame, firmada pelo representante da empresa.

9.2.4.3 - Registro como veículo de passageiros.

9.2.5.1 - Declaração, conforme modelo Anexo 3 deste Edital, consignando que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo nas condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **10 - IMPUGNAÇÃO E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO**

10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, e deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas ao Pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação e protocoladas na sala da CPL, situada à Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, não sendo reconhecidas impugnações encaminhadas via fax/e-mail.



10.2. O Pregoeiro deverá receber as impugnações e encaminhá-las diretamente para autoridade superior que se manifestará no prazo 24 (vinte e quatro) horas;

10.2.1. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigam a todos os licitantes, sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas. Deferida a impugnação e o questionamento contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, que será publicada nos mesmos veículos de divulgação originalmente publicados reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

10.2 – Os questionamentos serão disponibilizados a todos os interessados, imediatamente, e serão respondidos pelo Pregoeiro sendo comunicadas aos adquirentes do edital, via fax, telegrama, email ou entrega pessoal.

10.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos do Edital, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, de acordo com disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

## 11 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Após declarado vencedor, caberá recurso nos casos previstos na Lei Federal nº 10.520/02, devendo o licitante **manifestar imediata e motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances.

11.1.1. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

11.2. Qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedida o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso sendo endereçadas ao Pregoeiro, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos conforme o artigo 4º da Lei Federal nº 10.520/02.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor de acordo com o disposto no artigo 41 § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

11.5 – O Pregoeiro analisará o recurso para fins de reconsideração, fazendo subir à apreciação da autoridade superior em caso de manutenção da decisão.

11.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, email, correios ou que não tenham sido devidamente protocolados na sala da CPL.

## 12 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.

12.1.1 – No caso de haver interposição de recurso, caberá a autoridade competente a adjudicação do objeto.





12.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

### 13 – DO RECEBIMENTO

13.1 - O objeto será recebido pela efetiva aquisição de material/prestação do serviço, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão de fiscalização após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

13.2 – Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto do contrato, o fato será comunicado à CONTRATADA, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.3 – A fiscalização do cumprimento do objeto, ficará a cargo da Comissão de Fiscalização a ser designada pela Secretaria Municipal de Administração, Educação e Esporte e Saúde, através de 3 (três) servidores designados.

### 14 - PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 – Assinado contrato, o prazo máximo para o início da execução deverá ser imediato, a contar da data de autorização de início de serviço, conforme estipulado neste edital, sujeito a alterações a depender da necessidade da Administração, nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

14.2 - O prazo de vigência do contrato administrativo somente poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no artigo 57, caput e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

### 15 – DO CONTRATO

15.1 – Conforme permissivo disposto no art. 62, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 8.666/93, em razão do fato de que o objeto licitado consiste em aquisição para entrega imediata e integral sem fixação de quaisquer obrigações futuras, fica dispensada a formalização de instrumento contratual, devendo ser este substituído por nota de empenho vinculada ao termo de referência anexo ao presente edital.

15.2 – Uma vez adjudicado o objeto e homologada a licitação, o MUNICÍPIO convocará a LICITANTE para assinar o contrato no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

15.3 O contrato a ser firmado com o vencedor da licitação terá vigência a contar da data de sua assinatura, até o prazo de 10 (dez) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitado a de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**15.4 No momento da assinatura do Contrato será exigido da empresa licitante vencedora os documentos abaixo listados.**

**a) Veículo que satisfaça as seguintes exigências:**

a1) Laudo Técnico de vistoria realizado em Centro de Inspeção Veicular e assinado por Engenheiro Mecânico, atestando que o veículo está apto para o transporte de escolares, correndo as despesas às expensas do licitante vencedor/contratado e deverá ser renovado a cada 6 (seis) meses;

a2) Laudo técnico de vistoria emitido pelo DETRAN/RJ, como condição para a prestação de serviço, às expensas do licitante vencedor/contratado e deverá ser renovado a cada 6 (seis) meses;



a3) Cópia da apólice de seguro do veículo, que contemple a cobertura das indenizações e com valores mínimos estabelecidos por Lei.

a4) Cópia do Certificado de registro e Licenciamento do veículo.

15.5 – Presume-se a desistência da LICITANTE de celebrar o contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido à aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do contrato.

15.6 – Na hipótese de desistência, o Pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda o edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

15.7 – Nas situações previstas no subitem 15.3, o Pregoeiro deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15.8. Não sendo assinado o contrato dentro do prazo de validade da proposta vencedora, está poderá ser prorrogada por até 30 (trinta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

## 16 – DA GARANTIA

16.1 – O **MUNICÍPIO** a qualquer tempo, poderá exigir a prestação de garantia, em uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, no patamar de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser restituída após a execução satisfatória das obrigações da **CONTRATADA**.

16.2 – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato.

16.3 – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e dois) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

## 17 – DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

17.1 – A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e Esporte.

17.2 – Os atos da fiscalização realizados pelo **MUNICÍPIO** não eximirão a empresa a ser **CONTRATADA** de qualquer responsabilidade decorrentes da execução do contrato.

## 18 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS DEMAIS PENALIDADES

18.1 - A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeita a **licitante**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso ou pelo atraso na conclusão de qualquer dos prazos estabelecidos, aplicada por dia de atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) que incidirá sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total em caso de rescisão por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos conforme art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a



própria autoridade que aplicou a penalidade prevista no subitem anterior, que será concedida sempre que a empresa ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "e", observado quando for o caso, o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520 de 2002.

18.1.1 - A imposição de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do **Secretário(a) Municipal Titular da Pasta ou do Procurador Geral**, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

a) A penalidade de advertência poderá ser aplicada pela comissão de fiscalização, nos moldes do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.2 – A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

18.1.3 – Cada uma das sanções previstas nas alíneas "a", "e", "f" do subitem 18.1 poderão ser aplicadas juntamente com as constantes na letra "b", "c", "d".

18.1.4 – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até completa quitação.

18.1.5 - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

18.1.6 - A aplicação das sanções previstas no item 18 observará o disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017.

18.1.7 - O prazo de impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

## 19 – RESCISÃO

19.1 - A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

## 20 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0004 – SALÁRIO EDUCAÇÃO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39**

**DOTAÇÃO: 265 / 319**

## 21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

21.1 – O **MUNICÍPIO** fará o pagamento referente prestação do serviço, por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo Município.

22.2 – Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente a execução do objeto contratual.

21.3 – Não serão considerados efetivamente contemplado por qualquer entrega do objeto contratual os itens que esteja em desacordo com as descrições contidas neste Edital e no Termo de Referência, sujeitando a contratada à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.



21.4 – O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto no Decreto Municipal nº 4.481/2017.

21.5 – O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias, contados da data final do período do adimplemento da obrigação, devendo a **CONTRATADA** promover a entrada do pedido de pagamento, obedecidos o disposto no art. 40, XIV, “a” da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

21.6 – Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias, ficará suspenso, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva reapresentação.

21.7 – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, observado o limite máximo de 2% ao mês, a título de multa, e juros de 1% ao mês, a serem calculados sobre a parcela devida. Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

21.8 – Caso o atraso de pagamento ultrapasse um ano, o valor será corrigido pelo IPCA.

## 22 – DA CONTAGEM DOS PRAZOS

22.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos do edital, nos termos do art. 110, da Lei Federal nº 8.666/93, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

22.2 – Só se vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente no órgão.

## 23 – ESTIMATIVA DE PREÇO

23.1 – O preço global para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 1.336.470,00 (Um milhão, trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta reais)**, conforme especificações do Termo de Referência

23.2 – Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

23.2.1 – O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.

23.2.2 – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

23.2.3 – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

23.3 – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.



## 24 – PREÇOS MÁXIMOS ACEITÁVEIS

24.1 – Serão aceitos como preços máximos a serem praticados, os preços apresentados na Estimativa Orçamentária, sendo desclassificados os itens cujos preços apresentados estejam acima destes valores.

## 25 – VISITA TÉCNICA

25.1 - Serão realizadas visitas técnicas nos trechos onde serão executados os serviços, por representante da empresa licitante, **na data constante nas observações do edital**, com encontro na da Secretaria Municipal de Educação e Esporte ou na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte. Será nomeado um servidor que acompanhará os licitantes durante a visita e, ao final, será expedido o atestado de participação da visita técnica, sendo uma via entregue ao Pregoeiro (a) e outra à Empresa.

25.2 - O representante da empresa referido acima, deverá comparecer munido de documento de identificação e de declaração da empresa indicando-o e/ou autorizando-o para realizar a visita.

25.3 - Caso a visita seja realizada por sócio/proprietário da empresa, esta condição deverá ser comprovada através de cópia autenticada do contrato social.

25.4 - No dia e hora agendados, um servidor da Secretaria Educação e Esportes acompanhará a visita das empresas interessadas, emitindo a cada uma delas um "Atestado de Visita Técnica", que constitui requisito de habilitação.

**25.5 - A ausência do atestado de visita técnica, ou o não recebimento do mesmo pelo Pregoeiro (a), ocasionará a desclassificação da licitante no momento da abertura do certame no site.**

## 26– DISPOSIÇÕES GERAIS

26.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.1.1 - É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase de licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deverá constar originalmente da proposta.

26.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 81 a 88, da Lei Federal nº 8.666/93 e das previstas ainda na Lei Federal nº 10.520 de 2002.

26.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores da CPL, situada Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, tel.: (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103.

26.4 – Nos casos em que houver necessidade de autenticação dos documentos por servidor lotado na CPL, descritos no item 9.2 poderão ser feitas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega dos envelopes.

26.5 – Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório, serão observados no art. 110 e seu parágrafo da Lei Federal nº 8.666 de 1993.

26.6 – A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por



provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal nº 8.666 de 1993, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para prática do ato de revogação ou anulação.

26.7 – As quantidades mencionadas na proposta ofertada referem-se a previsão de consumo, as quais não implicam em obrigatoriedade de contratação de tais volumes de fornecimento pela Administração durante a vigência do Contrato, servindo apenas como referencial para a elaboração da proposta dos licitantes.

26.8 – O Pregoeiro manterá em seu poder, até a formalização do contrato/ata de registro com o Adjudicatário, os envelopes de habilitação fechados dos licitantes que não tiveram seus documentos analisados. Após e desde que não haja recurso administrativo pendente, ação judicial em curso ou qualquer outro fato impeditivo, os licitantes deverão ser notificados a retirar os envelopes de habilitação, no prazo de 60 dias. Se houver recusa expressa ou tácita do interessado, o pregoeiro estará autorizado a inutilizá-los.

#### **26–INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE DOCUMENTOS:**

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

**ELIAS FERREIRA DA ROSA**  
Pregoeiro





**ANEXO 1**  
**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA-GRUPO 1**  
**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

Processo n.º 311/2017

Licitação n.º 017/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.**

**EMPRESA:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**BANCO/AGÊNCIA:**

**CONTA BANCÁRIA Nº:**

**E-MAIL:**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>Trecho 01</b> - Valverde x Guarajuba x Lageense x Est. Lages x Almiracir; Almiracir x Est. Lages x Centro x Sabugo (Casarão) x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Garagem x Almiracir x Est. Lages x Lageense x Guarajuba x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Terra x Guarajuba x Praça do Miro x Est. Lages x Terra; Terra x Centro x Casarão x Terra; Terra x Casarão x Sabugo x Centro x Terra; Terra x Centro - Horário de 07h20min às 17h10min - Período: De 2ª à 6ª feira, 51 litros diesel diário.		
2	<b>Trecho 02</b> - Garagem x Centro x Sabugo x Rua de cima x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Lageense x Garagem - 07h30min às 17h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 22 litros diesel diário.		
3	<b>Trecho 03</b> - Garagem x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Garagem; Garagem Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Copê x Nicola Salzano; Nicola Salzano x Garagem; Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Nicola Salzano; Nicola x Est. Lages x Praça do Miro x Amapá x Garagem - 07h50min às 17h30min - Período: De 2ª à 6ª feira, 50 litros diesel diário.		
8	<b>Trecho 08</b> - Paracambi x Bonsucesso, Bonsucesso x Paracambi - 05h40min às 15h00min Período: De 2ª à 6ª feira, 100 litros diesel diário		
9	<b>Trecho 09</b> - Paracambi x Nova Iguaçu, Nova Iguaçu x Paracambi - 17h40min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 60 litros diesel diário.		
10	<b>trecho 10</b> - Paracambi x Campo Grande, Campo Grande x Paracambi - 17h00min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª, 90 litros diesel diário		
12	<b>Trecho 12</b> - 90 (noventa) Passeios Pedagógicos (Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro, etc...) agendados pela Secretaria		



	Municipal de Educação e Esporte, os dias e horários serão combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada, as viagens serão em ônibus tipo Executivo Turismo, com capacidade de 46 passageiros.		
<b>VALOR TOTAL R\$</b>			

**PRAZO DE ENTREGA: EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS, APARTIR AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS**

**DATA:**

***Carimbo de CNPJ***

***Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado***



**ANEXO 1**  
**FORMULÁRIO OFICIAL DE PROPOSTA-GRUPO 2**  
**EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS**

Processo n.º 311/2017

Licitação n.º 017/CPL/2017

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.**

**EMPRESA:**

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**TELEFONE:**

**BANCO/AGÊNCIA:**

**CONTA BANCÁRIA Nº:**

**E-MAIL:**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
4	<b>Trecho 04</b> - Praça da Fabrica x São José, São Jose x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José - 06h30min às 23h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ GNV e 6 litros de gasolina.		
5	<b>Trecho 05</b> - SMEE x Mario Belo, Mario Belo x SMEE Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves x Boa Esperança - 06h40min às 12h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ de GNV e 3 Litros de Etanol diário.		
6	<b>Trecho 06</b> - SMEE x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa; Residência do Aluno x Almiracir Segatt x SMEE, SMEE x Almiracir Segatt x Residência do Aluno, Residência do Aluno x Dias da Costa x Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa, SMEE x Dias da Costa x Hélio Ferreira, Hélio Ferreira x Serra Gurgel, SMEE x Azeredo Coutinho x Azeredo Coutinho x SMEE - 06h10min às 21h40min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ de GNV + 4 litros de gasolina diário.		
7	<b>Trecho 07</b> - SMEE x Margarida Alves x Ponte Seca x Margarida Alves; Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves, Nicola Salzano x Km9 - 08h00min às 23h20min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ de GNV e 2 litros de gasolina diário.		
11	<b>trecho 11</b> - SMEE x Residência do Aluno x Benjamim Constant, Benjamim Constant x Residência do Aluno - 17h00min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª, 30 litros de gasolina diário.		
<b>VALOR TOTAL R\$</b>			

**VALOR TOTAL GERAL (Grupo 1 + Grupo 2) – R\$**



PRAZO DE ENTREGA: ATÉ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), APÓS AUTORIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS

DATA:

*Carimbo de CNPJ*

*Assinatura do Representante legal da Empresa devidamente identificado*



## ANEXO 1.1 ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA

### GRUPO 1 – AMPLA PARTICIPAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	<b>Trecho 01</b> - Valverde x Guarajuba x Lageense x Est. Lages x Almiracir; Almiracir x Est. Lages x Centro x Sabugo (Casarão) x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Garagem x Almiracir x Est. Lages x Lageense x Guarajuba x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Terra x Guarajuba x Praça do Miro x Est. Lages x Terra; Terra x Centro x Casarão x Terra; Terra x Casarão x Sabugo x Centro x Terra; Terra x Centro - Horário de 07h20min às 17h10min - Período: De 2ª à 6ª feira, 51 litros diesel diário.	R\$ 19.300,00	R\$ 193.000,00
2	<b>Trecho 02</b> - Garagem x Centro x Sabugo x Rua de cima x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Lageense x Garagem - 07h30min às 17h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 22 litros diesel diário.	R\$ 17.790,00	R\$ 177.900,00
3	<b>Trecho 03</b> - Garagem x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Garagem; Garagem Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Copê x Nicola Salzano; Nicola Salzano x Garagem; Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Nicola Salzano; Nicola x Est. Lages x Praça do Miro x Amapá x Garagem - 07h50min às 17h30min - Período: De 2ª à 6ª feira, 50 litros diesel diário.	R\$ 14.154,00	R\$ 141.540,00
8	<b>Trecho 08</b> - Paracambi x Bonsucesso, Bonsucesso x Paracambi - 05h40min às 15h00min Período: De 2ª à 6ª feira, 100 litros diesel diário	R\$ 16.908,00	R\$ 169.080,00
9	<b>Trecho 09</b> - Paracambi x Nova Iguaçu, Nova Iguaçu x Paracambi - 17h40min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 60 litros diesel diário.	R\$ 14.145,00	R\$ 141.450,00
10	<b>trecho 10</b> - Paracambi x Campo Grande, Campo Grande x Paracambi - 17h00min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª, 90 litros diesel diário	R\$ 16.300,00	R\$ 163.000,00
12	<b>Trecho 12</b> - 90 (noventa) Passeios Pedagógicos (Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro, etc...) agendados pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, os dias e horários serão combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada, as viagens serão em ônibus tipo Executivo Turismo, com capacidade de 46 passageiros.	R\$ 1.750,00	R\$ 157.500,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 1.143.470,00 (Um milhão, cento e quarenta e três mil, quatrocentos e setenta reais).</b>			

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



**GRUPO 2 – EXCLUSIVO PARA ME / EPP / MEI / SOCIEDADES COOPERATIVAS**

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
4	<b>Trecho 04</b> - Praça da Fabrica x São José, São Jose x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José - 06h30min às 23h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ GNV e 6 litros de gasolina.	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
5	<b>Trecho 05</b> - SMEE x Mario Belo, Mario Belo x SMEE Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves x Boa Esperança - 06h40min às 12h00min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ de GNV e 3 Litros de Etanol diário.	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
6	<b>Trecho 06</b> - SMEE x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa; Residência do Aluno x Almiracir Segatt x SMEE, SMEE x Almiracir Segatt x Residência do Aluno, Residência do Aluno x Dias da Costa x Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa, SMEE x Dias da Costa x Hélio Ferreira, Hélio Ferreira x Serra Gurgel, SMEE x Azeredo Coutinho x Azeredo Coutinho x SMEE - 06h10min às 21h40min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ de GNV + 4 litros de gasolina diário.	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
7	<b>Trecho 07</b> - SMEE x Margarida Alves x Ponte Seca x Margarida Alves; Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves, Nicola Salzano x Km9 - 08h00min às 23h20min - Período: De 2ª à 6ª feira, 12 m³ de GNV e 2 litros de gasolina diário.	R\$ 4.100,00	R\$ 41.000,00
11	<b>trecho 11</b> - SMEE x Residência do Aluno x Benjamim Constant, Benjamim Constant x Residência do Aluno - 17h00min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª, 30 litros de gasolina diário.	R\$ 2.900,00	R\$ 29.000,00
<b>VALOR TOTAL R\$ 193.000,00 (Cento e noventa e três mil reais).</b>			

**VALOR TOTAL GERAL (Grupo 1 + Grupo 2) – R\$ 1.336.470,00 (Um milhão, trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta reais).**

PREÇOS COLETADOS JUNTO AO MERCADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO





## ANEXO 2

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (nome da empresa), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada a Rua \_\_\_\_\_, DECLARA para os devidos fins que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, referente à licitação na modalidade Pregão Presencial nº \_\_\_\_/CPL/2017.

Por ser verdade, subscrevo-me.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



### ANEXO 3 MODELO DE DECLARAÇÃO

Razão Social: .....

Prezados Senhores,

Em atenção ao Pregão Presencial nº 017/CPL/2017 nossa empresa declara que:

- Assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos salvo na condições de aprendiz a partir de quatorze anos de idade nos termos da legislação aplicável;
- Não existem fatos supervenientes impeditivos da habilitação nesta licitação;
- Não possui nenhum em seu quadro funcional servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Garante o prazo de validade da presente proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da proposta;
- Os sócios da empresa não são pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeita, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.94 da Lei Orgânica Municipal;
- Não está com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;
- Não está arrolada no artigo 9º, da Lei Federal nº. 8.666/93.
- Não se encontra cumprindo as penalidades previstas nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



## ANEXO 4 MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

À

Comissão Permanente de Licitação

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/CPL/2017

Prezados Senhores,

Credenciamos o/a Sr (a) ....., nacionalidade ....., cédula de identidade nº ....., emitido pelo ....., para, em nome da .....(nome da empresa)....., participar do Pregão Presencial sob referência, podendo, para tanto, juntar e apresentar documentos, apresentar propostas, assinar atos e termos, requerer e deliberar, apresentar recursos, renunciar a direitos, inclusive recursos, e tudo o mais que se fizer necessário, de acordo com o Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Carta de Credenciamento em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**



**ANEXO 5**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/CPL/2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que é \_\_\_\_\_ (MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL), que cumpre os requisitos legais para efeito de qualificação como ME/EPP/MEI e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



**ANEXO 5.1**  
**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA**  
**DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 2006 (SOCIEDADES COOPERATIVAS)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/CPL2017

Prezados Senhores,

\_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, vem, por intermédio do representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da carteira de Identidade n \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n \_\_\_\_\_, DECLARAR, sob as penas da Lei, que observa o disposto no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa devidamente identificado

**Observação: A Declaração em epígrafe deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante e estar assinada pelo representante legal da empresa.**

**OBSERVAÇÃO:** Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, após abertura da Sessão, antes e separadamente dos invólucros (Proposta de Preço e Documentos de Habilitação) exigidos nesta licitação, pelas Licitantes que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006.

**Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.**



## ANEXO 6 MINUTA DE CONTRATO

### MINUTA – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.

O **MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 29138278/0001-01, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro, Paracambi – RJ, neste representado pelo Ilmo. Senhor Secretário Municipal de \_\_\_\_\_ carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF/MF nº \_\_\_\_\_, doravante denominado apenas **MUNICÍPIO**, e a \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, portador da identidade nº \_\_\_\_\_, órgão expedidor \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_, celebram o presente CONTRATO Nº \_\_\_\_\_, conforme processo administrativo nº \_\_\_\_\_, que se regerá por toda legislação aplicada à espécie, especialmente as normas contidas na Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações; no Decreto Municipal nº 4.482/2017 e suas alterações, observando, ainda, as seguintes cláusulas e condições:

#### ÍNDICE

CLAUSULA	TITULO
1º	DO OBJETO
2º	DO PRAZO
3º	DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO
4º	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
5º	DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL
6º	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
7º	DA EXECUÇÃO
8º	DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL
9º	DA RESPONSABILIDADE
10º	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
11º	DA GARANTIA
12º	DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO
13º	DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO
14º	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES
15º	DO RECURSO AO JUDICIÁRIO
16º	DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO
17º	DA RESCISÃO
18º	DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO
19º	DA CONTAGEM DOS PRAZOS
20º	DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
21º	DO FORO DE ELEIÇÃO





## CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI**, conforme especificado no seguinte quadro:

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

**Parágrafo primeiro.** Os serviços contratados serão executados na forma especificada no Projeto Básico.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA**, de acordo com o contido no Processo Administrativo nº 484/2017, obriga-se a prestação dos serviços descritos no quadro acima, nas condições estipuladas neste contrato.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência do presente contrato é de 10 (dez) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**Parágrafo segundo.** O prazo de vigência poderá ser prorrogado apenas nas condições previstas no artigo 57 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Constituem obrigações do **MUNICÍPIO**:

- Rejeitar no todo ou em parte os serviços, objeto do contrato que não atenda aos requisitos constantes das especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou a terceiros.
- Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto da contratação.
- Efetuar o pagamento à Contratada, desde que os serviços executados estejam de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- A empresa contratada fica obrigada a **ATENDER** às Unidades Escolares observando o horário de início e final das aulas, organizando então suas linhas, de forma que os alunos não sejam prejudicados em carga horária, ou seja, deverão ser entregues à escola até o horário do início das aulas e recolhidos somente após o término das mesmas.



- b) Ficamos estabelecidos um limite de 15 (quinze) minutos para o recolhimento dos alunos, que serão transportados aos seus respectivos domicílios ou paradas de ônibus, dentro das rotas estabelecidas neste edital.
- c) Constituir-se-ão exceções, casos em que as atividades pedagógicas estendam-se após o horário costumeiro, que a empresa contratada deverá ser avisada com antecedência por escrito pela SMEE.
- d) Todas as despesas com manutenção de frota, funcionários, encargos e tributos a que vier incidir serão de total responsabilidade da Contratada.
- e) Em caso de quebra de veículos, Substituir os veículos de imediato e de forma automática, por outros, nas mesmas condições da contratação inicial, quando em caráter temporário nas situações de acidentes, furtos, incêndios, manutenção preventiva ou corretivas.
- f) Em caso de substituição do veículo, o Contratado obriga-se a informar e remeter a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**, referente ao novo veículo a ser utilizado.
- g) O Contratado obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do fato a contar da comunicação efetuada pela Contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido.
- h) A Contratada deverá orientar os condutores dos veículos, bem como demais funcionários da mesma, quanto à observação concernente ao trato dos alunos, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos.
- i) A Contratada não poderá transportar alunos, fora do horário das aulas, para qualquer outra atividade, sem autorização da SMEE, por escrito, que se manifestará no caso de **Projetos e Programas** onde houver atividades em contra turno. Não poderá ocorrer o transporte de **familiares de alunos**, salvo nos casos autorizados por escrito pela SMEE.
- j) A Contratada fica obrigada a Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização.
- k) A Contratada fica obrigada a Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços, desde que devidamente justificado.
- l) A contratada aceitará supressão do objeto além do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, na forma do §2º, II do citado artigo, o que acarretará em resilição parcial ou total do objeto, na forma do art. 78, XIII, conforme autoriza o art. 58, I, ambos da Lei 8.666/93, caso o Município opte por adquirir frota própria ao longo da execução do contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA REMUNERAÇÃO CONTRATUAL

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_) sendo este valor passível de alteração pela ocorrência de eventos supervenientes que alterem o equilíbrio econômico-financeiro, nos moldes do art. 65 §§ da Lei Federal nº 8.666/93.



**Parágrafo único.** Consideram-se incluídos no preço oprevisto no *caput* desta cláusula todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, encargos sociais e financeiros e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

**ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO / 0004 – SALÁRIO EDUCAÇÃO**

**ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39**

**DOTAÇÃO: 265 / 319**

Nota de Empenho: \_\_\_\_\_

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO**

O Contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**Parágrafo primeiro.** A execução do objeto contratual observará o descrito no Projeto Básico, podendo ser acrescido, revisto e alterado mediante justificada necessidade e aprovação, considerados o estudo de viabilidade econômica, a dotação orçamentária, condições operacionais, assegurados o equilíbrio econômico-financeiro e os limites legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL**

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pelo **MUNICÍPIO**, à qual compete:

- a) fazer cumprir a especificação do objeto e demais condições constantes deste contrato;
- b) notificar a **CONTRATADA** acerca da prática de infrações que ensejem a aplicação das penas previstas na cláusula décima quarta;
- c) suspender a execução do serviço julgado inadequado;
- d) sustar o pagamento das faturas no caso de inobservância pela **CONTRATADA** de qualquer obrigação prevista neste contrato;
- e) exigir a substituição de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja atuação, permanência ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina ou ao interesse público, sem que essa decisão acarrete qualquer ônus ao **MUNICÍPIO**.
- f) Analisar a prestação de contas parcial e final do contrato.



**Parágrafo primeiro.** Cabe recurso das determinações previstas no caput desta cláusula, a qualquer tempo durante a vigência deste contrato, exceto no caso da aplicação de penas, para as quais se observará o prazo previsto na cláusula décima quarta.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** facilitará, por todos os meios ao seu alcance, a ampla fiscalização do **MUNICÍPIO**, promovendo o fácil acesso às dependências da **CONTRATADA**, podendo lhe ser exigido o fornecimento de veículo necessário à diligência da fiscalização.

**Parágrafo terceiro.** A **CONTRATADA** atenderá prontamente às observações e exigências que lhes forem apresentadas pela fiscalização.

**Parágrafo quarto.** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo quinto.** A instituição e a atuação da fiscalização do **MUNICÍPIO** não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA** nem a exime de manter fiscalização própria.

**Parágrafo sexto.** Os membros da comissão de fiscalização, sob pena de responsabilização administrativa, anotarão em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**Parágrafo sétimo.** Quaisquer entendimentos entre a fiscalização e a **CONTRATADA**, desde que não infrinjam nenhuma cláusula contratual, serão feitos por escrito, não sendo tomadas em consideração quaisquer alegações da **CONTRATADA** com fundamento em ordens ou declarações verbais.

**Parágrafo oitavo.** O objeto do contrato será recebido após a devida conclusão, observada a seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, que deverá ser elaborado no prazo de 10 (dez) dias contados da entrega do objeto;
- b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão de fiscalização do contrato, após decorrido o prazo de 30 (trinta) dias de observação e vistoria, contados a partir do último recebimento provisório, desde que comprovado o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**Parágrafo nono.** Caso seja verificado defeito ou desconformidade do objeto contratual, o fato será comunicado à **CONTRATADA**, que deverá promover o reparo no prazo fixado no comunicado, mesmo durante o último período de recebimento definitivo, sem prejuízo das sanções aplicáveis.



## CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

Os serviços que compõem o objeto do presente contrato serão executados sob a direção e responsabilidade técnica da **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro.** A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**Parágrafo segundo.** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **MUNICÍPIO**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos devidos à **CONTRATADA**.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **MUNICÍPIO** fará o pagamento das parcelas referentes à prestação dos serviços por meio de depósito em conta bancária a ser indicada pela **CONTRATADA** e aceita pelo **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro.** Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados.

**Parágrafo segundo.** Em caso de desconformidade na execução do serviço, o **MUNICÍPIO** não efetuará o pagamento ou pagará apenas o valor correspondente aos serviços satisfatoriamente executados no período, efetivamente apurados.

**Parágrafo terceiro.** Não serão considerados prestados quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contidas neste contrato, no edital e no projeto básico, sujeitando a **CONTRATADA** à obrigação de reparar, corrigir ou substituir a prestação respectiva em caráter imediato.

**Parágrafo quarto.** Não serão considerados quaisquer serviços executados que não estejam discriminados no Projeto Básico.

**Parágrafo quinto.** O prazo para pagamento é até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, nos termos do art. 40, XIV, a da Lei Federal nº 8.666/93, desde que o respectivo pedido seja apresentado isento de erros e na repartição competente.

**Parágrafo sexto.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias, voltando a contar de onde parou a partir da data da respectiva representação.

**Parágrafo sétimo.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que tal atraso não decorra de ato ou fato atribuíveis à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA e serão



acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

**Parágrafo oitavo.** Os pagamentos realizados pelo **MUNICÍPIO** em prazo inferior ao estabelecido serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

**Parágrafo nono.** No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao **MUNICÍPIO**, será devido o pagamento de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da parcela devida, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso;

**Parágrafo décimo.** O pagamento será procedido nos termos do Decreto Municipal nº 4.481/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

A **CONTRATANTE**, até 05 (cinco) dias após a data de assinatura do contrato, caso venha a ser solicitado pela Administração, deverá fornecer a garantia da execução contratual de 2% (dois por cento) do valor da contratação, a ser apresentada, em uma das modalidades previstas no § 1º, do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, a saber:

- a) caução em dinheiro;
- b) seguro – garantia;
- c) fiança bancária.

**Parágrafo primeiro.** A validade da garantia de execução deverá no mínimo coincidir com o prazo de vigência deste contrato.

**Parágrafo segundo.** Em caso de prorrogação da vigência do contrato, a garantia oferecida, se tiver prazo de vigência, deverá ser prorrogada por idêntico período.

**Parágrafo terceiro.** A garantia prestada pela **CONTRATADA** somente será restituída após o integral cumprimento do termo do Contrato objeto do presente instrumento licitatório, podendo ser retida pelo Município se necessário, para quitar eventuais obrigações da **CONTRATADA**.

**Parágrafo quarto.** Em caso de rescisão do Contrato, motivada por culpa da **CONTRATADA**, a garantia reverterá integralmente aos cofres do **MUNICÍPIO**, o qual cobrará à mesma a diferença apurada entre o valor da garantia depositada e do débito verificado.

**Parágrafo quinto.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, o **MUNICÍPIO** recorrerá à garantia citada a fim de se ressarcir de possíveis prejuízos que lhe venham a ser causados pela empresa **CONTRATADA**, com o intuito de reparar tais danos. A **CONTRATADA** ficará obrigada a reintegrar o valor da garantia no prazo de 03 (três) dias úteis após sua notificação.



**Parágrafo sexto.** O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA ocorrerá apenas após o recebimento definitivo dos serviços

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato poderá ser modificado pelo **MUNICÍPIO**, sendo mantidas suas demais cláusulas, na forma prevista no artigo 58, inciso I e seus §§ 1º e 2º e/ou no artigo 65 e seus respectivos parágrafos, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, mediante a assinatura de Termo Aditivo.

**Parágrafo primeiro.** O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade de opor perante o Município a exceção de inadimplemento como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**Parágrafo único** - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV e XV da Lei Federal nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução do serviço, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, sobre o valor correspondente ao valor da parcela em atraso;
- c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se o limite de 20% (vinte por cento);
- d) multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão contratual por culpa da **CONTRATADA**;
- e) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a





Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo primeiro** –A aplicação de multa até o valor de 250 UFIR/RJ é de competência do órgão gerenciador, assegurados a ampla defesa e o contraditório. A aplicação das demais sanções será da competência da **Prefeita Municipal**, segundo art. 51, parágrafo 5º do Decreto Municipal nº 4.482/2017.

**Parágrafo segundo** –A imposição das demais penalidades é de competência exclusiva do PREFEITO, a teor do disposto no Decreto Municipal nº 4.482/2017, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

**Parágrafo terceiro** - A empresa será notificada sobre a anotação da infração e terá 5 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa, contados da data do recebimento da notificação podendo ser reduzido para 72 (setenta e duas) horas em situações urgentes devidamente justificadas ou ampliado para até 15 (quinze) dias quando a complexidade dos fatos assim o justificar.

**Parágrafo quarto** –As sanções previstas nas alíneas a, e, f do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as sanções previstas nas alíneas b, c, d, facultada a defesa na forma prevista no Parágrafo Quarto.

**Parágrafo quinto** – Os valores das multas serão deduzidos da garantia prestada, mas caso essa não tenha se verificado ou sendo insuficiente, será promovido o desconto correspondente sobre o primeiro documento de cobrança apresentado pela contratada após aplicação da sanção, permanecendo o desconto sobre os pagamentos sucessivos até a completa quitação.

**Parágrafo sexto** –A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**Parágrafo sétimo** –O prazo do impedimento, da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade e os limites dispostos no art. 7º, da Lei Federal nº 10.520/02 e no art. 87, III, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente, caso sejam superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo único** - Caso o **MUNICÍPIO** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento do **MUNICÍPIO** e devidamente especificado no Projeto Básico, sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado.

**Parágrafo primeiro.** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **MUNICÍPIO**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições ou ainda por interesse público superveniente, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

**Parágrafo primeiro** - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

**Parágrafo segundo** -A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no órgão oficial de divulgação do Município de Paracambi.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo previsto na legislação pertinente, no veículo de publicação oficial do Município, correndo os encargos por conta do **MUNICÍPIO**.

**Parágrafo primeiro** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

**Parágrafo segundo.** O município encaminhará cópia deste contrato ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, após assinatura das partes.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data base utilizada para formulação da proposta. Os eventuais reajustes seguintes que sejam necessários só poderão ocorrer, mediante expresse requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice do IPCA.

**Parágrafo primeiro** - O advento do novo instrumento de negociação coletiva (acordo, convenção ou sentença normativa) que importe em aumento comprovado dos custos da mão de obra empregada na consecução do objeto licitado poderá ensejar a concessão de reequilíbrio da cláusula econômica do contrato administrativo, mediante expresse requerimento do contratado e após ultrapassados, no mínimo, 12 meses de vigência do acordo, convenção ou sentença normativa elencado pelo licitante em sua proposta.



**Parágrafo segundo** – Em caso de renovação fundada no art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, caberá ao contratado ressaltar expressamente o direito ao reajuste e ao reequilíbrio como condição para renovação, sob pena de preclusão.

**Parágrafo terceiro** – O requerimento de reequilíbrio deverá ser instruído com demonstração analítica da alteração dos custos, por meio da apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria que fundamenta o reequilíbrio.

**Parágrafo quarto** – A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

**Parágrafo quinto** - A revisão dos valores poderá ser realizada a qualquer tempo, a fim de assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que devidamente justificada nos termos do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CONTAGEM DOS PRAZOS**

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme art. 110 e parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Paracambi, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Paracambi, de de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
Pela CONTRATANTE:

\_\_\_\_\_  
Pela CONTRATADA

Testemunhas

1 \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_



**ANEXO 7**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.

1.1 Constituem objeto do presente, a contratação de empresa especializada para fazer o transporte dos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino do Município, do aluno que estuda no Instituto Benjamin Constant e dos Universitários, que atualmente fazem parte do Programa Profissional do Futuro, conforme Lei Municipal nº 1.118 de 08 de abril de 2014, em estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais. A contratação se efetivará por meio de contrato, com vigência de **10 (dez) meses** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos se for conveniente para a Contratante, na forma e nos termos do Edital e da Lei nº 8.666/93.

**2. ESPECIFICAÇÃO:**

**Trecho 01: Veículo rodoviário com capacidade para 44 alunos**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	Valverde x Guarajuba x Lageense x Est. Lages x Almiracir; Almiracir x Est. Lages x Centro x Sabugo (Casarão) x Terra;  Terra x Posto x Casarão x Terra; Garagem x Almiracir x Est. Lages x Lageense x Guarajuba x Terra; Terra x Posto x Casarão x Terra; Terra x Guarajuba x Praça do Miro x Est. Lages x Terra; Terra x Centro x	Matutino e Vespertino	06h45min às 17h10min - Período: De 2ª à 6ª feira	127	Escola Municipal Terra de Educar e Almiracir Segatt	51 litros diesel diário.



	Casarão x Terra; Terra x Casarão x Sabugo x Centro x Terra; Terra x Centro Lages x Guarajuba x DCMUN					
--	--	--	--	--	--	--

**Trecho 02: Veículo rodoviário com capacidade para 44 alunos.**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
02	Garagem x Centro x Sabugo x Rua de cima x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Terra; Terra x Centro x Lageense x Garagem	Matutino e Vespertino	07h00min às 17h00min - Período: De 2ª à 6ª feira	54	Escola Municipal Terra de Educar	22 litros diesel diário.

**Trecho 03: Veículo rodoviário com capacidade para 44 alunos.**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	Garagem x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Garagem;  Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages; Est. Lages x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Garagem;  Garagem x Margarida Alves; Margarida Alves x Est. Lages x Garagem;	Matutino, Vespertino	07h30min às 17h00min - Período: De 2ª à 6ª feira	78  KM	Escola Municipal Margarida Alves	50 litros diesel diário.



**Trecho 04: Veículo Kombi com capacidade para até 08 alunos**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	Praça da Fabrica x São José, São Jose x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José, Salzano x São José, São José x Nicola Salzano, Nicola Salzano x São José,	Matutino, Vespertino e Noturno	06h00min às 23h00min - Período: De 2ª à 6ª feira	115	Escola Municipal São José	12 m³ GNV e 6 litros de gasolina.

**Trecho 05: Veículo Kombi com capacidade para até 08 alunos**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	SMEE x Mario Belo, Mario Belo x SMEE Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves x Boa Esperança	Matutino e Vespertino	06h40min às 17h00min - Período: De 2ª à 6ª feira	50	Escola Municipal Mario Belo	12 m³ GNV e 3 litros de Etanol.



**Trecho 06: Veículo Kombi com capacidade para até 08 alunos**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	SMEE x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa; Residência do Aluno x Almiracir Segatt x SMEE, SMEE x Almiracir Segatt x Residência do Aluno, Residência do Aluno x Dias da Costa x Hélio Ferreira x Serra Gurgel, Serra Gurgel x Hélio Ferreira x Dias da Costa, SMEE x Dias da Costa x Hélio Ferreira, Hélio Ferreira x Serra Gurgel, SMEE x Azeredo Coutinho x Azeredo Coutinho x SMEE	Matutino, Vespertino e Noturno	06h10min às 21h40min - Período: De 2ª à 6ª feira	95	Escolas Municipais Pref. Hélio Ferreira da Silva, Dias da Costa, Almiracir Segatt e Comandante Azeredo Coutinho	12 m³ GNV e 4 litros de gasolina

**Trecho 07: Veículo Kombi com capacidade para até 08 alunos**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	SMEE x Margarida Alves x Ponte Seca x Margarida Alves; Margarida Alves x Mutirão x Margarida Alves, Nicola Salzano x Km9	Matutino, Vespertino e Noturno	08h00min às 23h20min - Período: De 2ª à 6ª feira	46	Escola Municipal Margarida Alves e SMEE	12 m³ GNV e 2 litros de gasolina





**Trecho 08: Veículo rodoviário com capacidade para 44 alunos.**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	Paracambi x Bonsucesso, Bonsucesso x Paracambi,	Matutino	04h40min às 15h00min Período: De 2ª à 6ª feira	190	Programa Profissional do Futuro	100 litros diesel diário.

**Trecho 09: Veículo rodoviário com capacidade para 44 alunos.**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	Paracambi x Nova Iguaçu, Nova Iguaçu x Paracambi	Noturno	16h40min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª feira	130	Programa Profissional do Futuro	60 litros diesel diário.

**Trecho 10: Veículo rodoviário com capacidade para 44 alunos.**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	Paracambi x Campo Grande, Campo Grande x Paracambi	Noturno	17h00min às 00h00min - Período: De 2ª à 6ª	180	Programa Profissional do Futuro	90 litros diesel diário.



**Trecho 11: Veículo de passeio com capacidade para até 04 alunos**

ITEM	ITINERÁRIO	TURNO	HORARIO	KM DIÁRIO	ESCOLA DESTINO	COMB. DIÁRIO
01	SMEE x Residência do Aluno x Benjamim Constant, Benjamim Constant x Residência do Aluno	Matutino, Vespertino	05h30min às 17h00min in - Período: De 2ª à 6ª feira	190	Instituto Benjamim Constant	30 litros de gasolina

**Trecho 12: Ônibus executivo para turismo com capacidade para 46 alunos**

90 (noventa) Passeios Pedagógicos (Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro, etc...) agendados pela Secretaria Municipal de Educação e Esporte, os dias e horários serão combinados diretamente com a Unidade Escolar e passados à empresa Contratada, as viagens serão em ônibus tipo Executivo Turismo, com capacidade de 46 passageiros.

**3. JUSTIFICATIVA:**

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação tem por finalidade precípua o oferecimento de uma educação de qualidade às crianças e jovens do Sistema Municipal de Ensino, e que nessa perspectiva, é que as condições adequadas de acesso às escolas tornam-se imprescindíveis, sendo a ausência de transporte escolar gratuito aos alunos uma barreira intransponível ao exercício Constitucional do Direito à Educação, direito este, que está garantido no inciso VII, do art. 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, in verbis:

(...)

**“Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:**

(...)

VII - **atendimento ao educando**, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, **transporte**, alimentação e assistência à saúde”. **(grifamos)**

Anota-se, ainda, que a legislação infraconstitucional também traz disposições legais no mesmo sentido:

“Art. 11 – Os Municípios incubir-se-ão de:

(...)



VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal; (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96**)”.

(...)

“**Art. 54 – É dever do Estado** assegurar à criança e ao adolescente:

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, **transporte**, alimentação e assistência à saúde. (**Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990**)”. (**grifamos**).

“**Art. 1º da Lei Municipal 1.118/2014** – O Programa Profissional do Futuro consiste no auxílio de transporte aos munícipes que estejam cursando graduação ou curso técnico-profissionalizante, em instituição de ensino situado em outro município”.

“**Art. 2º** - O auxílio compreenderá a concessão de passe escolar ou transporte direto, mediante locação ou fretamento de ônibus”. (**grifamos**).

O serviço de transportes de passageiro é imprescindível para a locomoção dos alunos da Rede Municipal de Ensino, os alunos que estudam no Instituto Benjamin Constant, pois os veículos pertencentes ao Patrimônio desta Secretaria são insuficientes para atender toda a demanda de alunos da Rede. Também é ofertado o transporte aos Universitários que fazem parte do Programa Profissional do Futuro, conforme Lei Municipal nº 1.118 de 08 de abril de 2014. A contratação, também, irá atender os Passeios Pedagógicos agendados pelas Unidades Escolares (Museus, Teatros, Planetários, Bienal do Livro).

Assim, no cumprimento dos comandos legais retrocitadas, que sinaliza o dever do Município de Paracambi/RJ de prestar o adequado serviço de transporte escolar rural aos alunos do Sistema Municipal de Ensino, como garantia de efetivo acesso ao ensino básico, justifica-se esta contratação.

#### 4. DOS VEÍCULOS

**ÔNIBUS URBANO:** com capacidade para no mínimo 44 (quarenta e quatro), passageiros, com até 15 (quinze) anos de fabricação, com COMBUSTIVEL. Cinto de segurança em todos os assentos para realização de Transporte Municipal e Intermunicipal, conforme datas, horários e trajetos a serem disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes. Em caso de qualquer avaria nos veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquele ITINERÁRIO. A Contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços. Os veículos deverão estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/ DENATRAN e DETRAN/RJ, o veículo deve apresentar plena capacidade de transporte em segurança, com freios e demais equipamentos mecânicos em perfeito estado de funcionamento, carroceria sem avarias e limpeza interna e externa.



**ÔNIBUS EXECUTIVO TURISMO:** com capacidade para no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros, com motorista, com combustível, equipado com poltronas confortáveis e reclináveis, ar condicionado, cinto de segurança em todos os assentos, toalete a bordo, com até 06 (seis) anos de fabricação. Para atender as **90 (noventa) viagens**. A SECRETARIA não se responsabilizará com despesas com hospedagem e alimentação do motorista. Eventualmente poderão ser solicitados ônibus para trafegar em estradas de terra. A Contratada fica obrigada a manter os veículos, equipamentos e materiais necessários ao bom desempenho da Prestação dos Serviços, devem estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção necessárias à execução dos serviços. Os veículos deverão estar em conformidade com as normas expedidas pelo CONTRAN/ DENATRAN e DETRAN/RJ, e obrigatoriamente ter Registro no DETRO, para viagens Intermunicipais e Interestaduais, o veículo deve apresentar plena capacidade de transporte em segurança, com freios e demais equipamentos mecânicos em perfeito estado de funcionamento, carroceria sem avarias e limpeza interna e externa.

**KOMBIS:** com capacidade de no mínimo 08 ocupantes incluindo o condutor, potência do motor de no mínimo 1.600 cc, com todos os equipamentos e acessórios exigidos em lei, seguro (responsabilidade civil) no mínimo, troca de pneus de acordo com as especificações técnicas.

**CARRO:** Carro tipo passeio, condicionador de ar, com no mínimo 65 CV de potência 8V válvulas, bi-combustível (gasolina e álcool), 04 portas laterais, 01 tampa traseira, porta malas com capacidade mínima de 250L, capacidade de transporte de mínimo 05 passageiros, incluindo o condutor, protetor de Carter e cambio, com todos os equipamentos e acessórios exigidos em lei, seguro (responsabilidade civil) no mínimo, troca de pneus de acordo com as especificações técnicas.

4.1 Os veículos deverão ser submetidos à inspeção inicial e semestral, **PELO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DA SMT** para verificação dos equipamentos obrigatórios, de segurança, bem como as condições de trafegabilidade do veículo, que expedirá documento comprobatório de inspeção.

4.2 A Empresa contratada terá o prazo de 03 (três) dias úteis, após a assinatura do contrato, para realizar a inspeção referida no item 4.1 acima, bem como, deverá neste prazo estar apto para dar início ao serviço.

4.3 O veículo não aprovado na inspeção será impedido de prestar o serviço e a contratada será notificada, tendo a empresa contratada o prazo de 24 horas para a substituição do veículo notificado.

4.4 Para melhor utilização das informações e dos dados constantes deste Termo, devem ser observadas as instruções gerais a seguir:

4.4.1 O presente Termo de Referência refere-se à Prestação de Serviços de Transporte de Estudantes, sob Regime de locação, para um determinado número de viagens, destinados a usuários definidos, que se qualificam por manterem vínculo específico com o Contratante.

4.4.2. Entende-se por Serviço de Transporte de Estudantes, sob Regime de locação, aquele que se destina à condução de pessoas, sem a cobrança individual de passagem, não podendo assumir caráter de serviço aberto ao público.

4.4.3 Para os veículos automotores a ser utilizado para o transporte de estudantes, o Código de Trânsito Brasileiro, instituído pela Lei nº 9.503, de 23.09.97 (com as atualizações introduzidas pelas



Leis no 9.602, de 21.01.1998, no 9.792, de 14.04.1999 e no 10.517, de 11.07.2002) definiu as seguintes características de veículos:

- ÔNIBUS: Veículo automotor de transporte coletivo, com capacidade para mais de 20 (vinte) passageiros.

## 5. EXIGÊNCIAS:

- 5.1 A empresa vencedora deverá ter garagem no Município onde o serviço será prestado;
- 5.2 Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV referente a 2016, devidamente acompanhado do comprovante de recolhimento das parcelas já vencidas do IPVA para o exercício de 2017;
- 5.3 Veículo em boas condições de uso (conservação), limpeza e segurança;
- 5.4 Veículo com Seguro Obrigatório atualizado;
- 5.5 Veículo devidamente licenciado para o ano em curso;
- 5.6 Veículo portando documentos, equipamentos e acessórios obrigatórios exigidos pelo Código Nacional de Trânsito e Conselho Nacional de Trânsito;

## 6. DOS PRAZOS:

- 6.1 A contratação vigorará pelo período de **10 (dez) meses** a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, desde que haja interesse da Administração. O pagamento será realizado quando da prestação de serviços, ou seja, nos períodos letivos para os ITINERÁRIOS.

## 7. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:

- 7.1 A empresa contratada fica obrigada a ATENDER às Unidades Escolares observando o horário de início e final das aulas, organizando então suas linhas, de forma que os alunos não sejam prejudicados em carga horária, ou seja, deverão ser entregues à escola até o horário do início das aulas e recolhidos somente após o término das mesmas.
- 7.2 Ficamos estabelecidos um limite de 15 (quinze) minutos para o recolhimento dos alunos, que serão transportados aos seus respectivos domicílios ou paradas de ônibus, dentro das rotas estabelecidas neste edital.
- 7.3 Constituir-se-ão exceções, casos em que as atividades pedagógicas estendam-se após o horário costumeiro, que a empresa contratada deverá ser avisada com antecedência por escrito pela SMEE.
- 7.4 Todas as despesas com manutenção de frota, funcionários, encargos e tributos a que vier incidir serão de total responsabilidade da Contratada.



7.5 Em caso de quebra de veículos, Substituir os veículos de imediato e de forma automática, por outros, nas mesmas condições da contratação inicial, quando em caráter temporário nas situações de acidentes, furtos, incêndios, manutenção preventiva ou corretivas.

7.6 Em caso de substituição do veículo, o Contratado obriga-se a informar e remeter a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE**, referente ao novo veículo a ser utilizado.

7.7 O Contratado obriga-se a substituir os veículos quebrados ou defeituosos no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do fato a contar da comunicação efetuada pela Contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido.

7.6 A Contratada deverá orientar os condutores dos veículos, bem como demais funcionários da mesma, quanto à observação concernente ao trato dos alunos, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos.

7.7 A Contratada não poderá transportar alunos, fora do horário das aulas, para qualquer outra atividade, sem autorização da SMEE, por escrito, que se manifestará no caso de **Projetos e Programas** onde houver atividades em contra turno. Não poderá ocorrer o transporte de **familiares de alunos**, salvo nos casos autorizados por escrito pela SMEE.

7.8 A Contratada fica obrigada a Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização.

7.9 A Contratada fica obrigada a Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços, desde que devidamente justificado.

7.10 A contratada aceitará supressão do objeto além do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei 8.666/93, na forma do §2º, II do citado artigo, o que acarretará em resilição parcial ou total do objeto, na forma do art. 78, XIII, conforme autoriza o art. 58, I, ambos da Lei 8.666/93, caso o Município opte por adquirir frota própria ao longo da execução do contrato.

## **8- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1** - Rejeitar no todo ou em parte os serviços, objeto do contrato que não atenda aos requisitos constantes das especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou a terceiros.

**8.2** - Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto da contratação.



**8.3** - Efetuar o pagamento à Contratada, desde que os serviços executados estejam de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

## **9. FISCALIZAÇÃO**

9.1- Será constituída pela Contratante, Comissão de Fiscalização que verificará o cumprimento do contrato.

9.2- Essa comissão será composta por servidores da Secretaria Municipal de Educação e Esporte e da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte, que antes da data de início de execução dos Serviços, efetuará vistoria inicial nas dependências da Contratada, ou em local designado para este fim, objetivando conceder a Ordem de Início dos Serviços, em conformidade com o Edital de Licitação e com a Minuta de Contrato.

9.3- Na vistoria inicial será feita inspeção total dos equipamentos quanto à caracterização, estado geral, componentes de segurança e documentação.

## **10. CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO:**

10.1 Os serviços serão prestados nos dias letivos previstos no calendário escolar, homologado pela SMEE. A interrupção dos serviços dar-se-á nas férias e recessos escolares.

10.2 Os horários de chegada e partida deverão ser rigorosamente obedecidos.

10.8 A documentação relativa ao veículo deverá manter-se em ordem e de posse do condutor.

10.9 A Contratada deverá no primeiro dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço Relatório detalhado dos serviços prestados, contendo: datas, períodos, quilômetros rodados, e demais informações que se fizerem necessárias.

## **11. VISITA TÉCNICA:**

11.1 Serão realizadas visitas técnicas nos trechos onde serão executados os serviços, por representante da empresa licitante, **na data constante nas observações do edital**, com encontro na Secretaria Municipal de Educação e Esporte ou na Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte. Será nomeado um servidor que acompanhará os licitantes durante a visita e, ao final, será expedido o atestado de participação da visita técnica, sendo uma via entregue ao Pregoeiro (a) e outra à Empresa.

11.2 O representante da empresa referido acima, deverá comparecer munido de documento de identificação e de declaração da empresa indicando-o e/ou autorizando-o para realizar a visita.

11.3 Caso a visita seja realizada por sócio/proprietário da empresa, esta condição deverá ser comprovada através de cópia autenticada do contrato social.





11.4 A ausência do atestado de visita técnica, ou o não recebimento do mesmo pelo Pregoeiro (a), ocasionará a desclassificação da licitante no momento da abertura do certame no site.

### **13. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

13.1 Serão utilizadas para o pagamento da Prestação de serviços de Transporte escolar, as seguintes dotações orçamentárias:

3.3.9.0.39.00.00.00.00 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica 0004 – SALARIO EDUCAÇÃO – 319.

3.3.9.0.39.00.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 0100 – RECURSO PRÓPRIO – 265.

**Glenio do Nascimento**  
Superintendente Administrativo Educacional



## ANEXO 8

### ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesto que o Srº \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, representando a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, sediada a \_\_\_\_\_ nos termos do Edital de Pregão Presencial nº \_\_\_\_/CPL/2017, através de visita realizada junto à Secretaria Municipal de Educação e Esporte, tomou conhecimento e esta ciente das condições dos trechos e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e com todos os detalhes.

Paracambi \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do responsável  
Secretário Municipal

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante da Licitante



**COMPROVANTE DE RETIRADA DE EDITAL**

LICITAÇÃO N.º 017/CPL/2017  
PROCESSO N.º 311/2017  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO  
ORIGEM DOS RECURSOS: 100 – RECURSO PRÓPRIO  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.3.9.0.39  
DOTAÇÃO: 319  
ESTIMATIVA ORÇAMENTÁRIA: R\$ 1.336.470,00 (Um milhão, trezentos e trinta e seis mil, quatrocentos e setenta reais).  
VISITA TÉCNICA E RETIRADA DO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA: Do dia da Publicação do edital, até a véspera da data de entrega dos envelopes no horário de 10:00 às 16:00 horas.  
ENTREGA DE ENVELOPES: ATÉ O DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 14:00 HORAS  
REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 19 DE JUNHO DE 2017 ÀS 14:00 HORAS

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE E A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE DO MUNICÍPIO DE PARACAMBI.**

**AQUISIÇÃO DO EDITAL:** O Edital com as especificações da referida licitação, encontra-se a disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada a Rua Juiz Emílio Carmo, 50 – Centro – Paracambi – RJ, no horário de 10:00 às 16:00 horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, através do telefone (21) 2683-9115 / (21) 2683-9103, mediante entrega de 01 Resma de papel A4 e apresentação do carimbo com CNPJ.

**SECRETARIA REQUISITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE.

**VALIDADE DO CONTRATO:** 12 (DOZE) meses a partir da data de assinatura do contrato.

O presente Edital está dividido nas partes A, B e Anexos abaixo descritos:

Parte A	-	Informações Específicas sobre o Edital
Parte B	-	Procedimentos da Licitação
Anexo 1	-	Formulário Oficial de Proposta
Anexo 2	-	Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
Anexo 3	-	Modelo de Declaração
Anexo 4	-	Modelo de Carta de Credenciamento
Anexo 5	-	Declaração de Beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006
Anexo 6	-	Minuta de Contrato
Anexo 7	-	Termo de Referência
Anexo 8	-	Atestado de Visita Técnica

**ELIAS FERREIRA DA ROSA**  
Pregoeiro

RAZÃO SOCIAL		CARIMBO DO CNPJ
TELEFONE:		
E-MAIL:		
RECEBIDO POR:	DATA	